



História (São Paulo)

ISSN: 0101-9074

ISSN: 1980-4369

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho

Moreira, Rafael

Entre ser português e índio “barbado”: da cidade de Nazaré (s. Luís do Maranhão, 1536) à colonização do vale do Itapecuru no século XVII

História (São Paulo), vol. 40, e2021007, 2021

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho

DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2021007>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221070900006>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto

ENTRE SER PORTUGUÊS E ÍNDIO “BARBADO”:

da cidade de Nazaré (S. Luís do Maranhão, 1536) à colonização do vale do Itapecuru no século XVII

Rafael
MOREIRA

 rfdmoreira@gmail.com

Universidade Nova
de Lisboa
Lisboa, Portugal

Between being portuguese and a ‘bearded’ indian: from the city of Nazaré (S. Luís do Maranhão, 1536) to colonizing Itapecuru valley in the 17th century

RESUMO

Este texto sintetiza os dados históricos essenciais sobre o discutido grupo dos “Barbados” do Maranhão: formação, atitudes e extinção no começo do século XVIII às mãos dos colonos e autoridades da São Luís lusa. Analisa-se o desenho do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), único testemunho que deles nos ficou – da autoria dos antagonistas –, e propõe-se uma nova abordagem a esse tipo de problemática da interação étnica.

Palavras-chave: Maranhão, Nazaré; João de Barros; Barbados; “índios de corso”.

ABSTRACT

This article tries to assemble the essential data we possess on the discussed group of the “Barbados” (bearded) indians, their origin, composition and history till being exterminated by colons and authorities of the Portuguese state capital of São Luís do Maranhão in early 18th century. A drawing (Overseas Historical Archives, Lisbon) which is their only remain is here studied, despite having been made by their rivals, as well as a new view proposed to address this kind of problem of ethnic interaction.

Keywords: Maranhão; Nazaré; João de Barros; Barbados (‘bearded’); “corso” indians.

À memória de João Renôr (falecido em 2016) – o único índio Timbira maranhense que conheci doutorado na Sorbonne.

Organizadoras: Juciene Ricarte Apolinário e Maria Adelina Amorim

Os “Barbados” do Maranhão foram uma comunidade muito peculiar. Descendentes dos colonos vindos de Portugal – decerto recrutados na área do santuário de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira dos navegantes contra naufrágios, no litoral centro-oeste do país entre Óbidos e a Batalha (PENTEADO, 1998) – para povoar a primeira cidade da América portuguesa: a ‘Cidade de Nazaré’, fundada em março de 1536 pelo capitão Aires da Cunha na ponta da Ilha Grande do Maranhão (*Ypaon-açu*) por conta dos donatários – o grande humanista João de Barros (que possuía aí perto a Quinta de Alitém, a sul de Pombal) e o poderoso financeiro Fernão Álvares de Andrade – com o objetivo escondido de ir conquistar por terra o mítico reino inca do *El Dorado* ou “Birú”, ou seja o Peru, de que por esses mesmos anos Pizarro e seus companheiros se andavam apropriando; mas esquecidos, desmoralizados e abandonados a si mesmos pelo poder real, começaram por volta de 1570 a se “indianizar”, convivendo e fundindo com os Tapuias ou Jê locais, falando sua língua e adotando sua cultura e forma de vida. Mas nunca abandonaram o uso do ferro, tanto em armas como em utensílios, e conservaram o traço genético da pilosidade, que lhes deu o nome por que eram conhecidos pelos vizinhos (como também os Méxica chamavam os espanhóis por suas longas barbas). Antes dessa perda de identidade, muitos tentaram voltar a Portugal nos navios disponíveis, mas foram ter, perdidos e desgarrados, nas ilhas do Caribe, dando talvez origem à designação de Barbados dada à mais oriental entre elas.

Os que ficaram – dum contingente inicial que montava a 1500 casais e 130 soldados a cavalo num total de 12 barcos: armada “tam poderosa como as de Colombo, Vasco da Gama, Cortez e Pizarro reunidas” (LISBOA, 1865, p. 44) – foram se afastando do litoral, frequentado por corsários, aventureiros e traficantes de pau-brasil, e estabeleceram no baixo vale do Itapecuru, perto da Ilha Grande. Os próprios filhos de João de Barros, vindos dirigir a colônia durante cinco anos (1556-1561) após a morte de Aires da Cunha, a fim de tentar salvar o investimento feito, haviam construído uma fortaleza na foz do rio e lançado as bases da colonização agrícola e pecuária, prosseguida por Luís de Melo da Silva, também naufragado em 1573 no mesmo fatídico lugar do fundador, a identificar com as traçoeiras rochas submarinas do Parcel de Manuel Luís (MOREIRA, 1966). O que não retira significado à iniciativa pioneira do cronista e gramático João de Barros: “the cause that Brasil was first inhabited by the *Portingales*”, como dizia em 1578 o explorador inglês Richard Hakluyt ao embaixador de Portugal em Londres, Antônio de Castilho (BOXER, 1981, p. 31). Se o ensaio colonizador de Duarte Coelho no Nordeste – o primeiro bem-sucedido, em 1535 –, não passara de uma rede de “vilas” de pequeno porte, a tentativa frustrada de Barros na costa Norte tinha o alto estatuto oficial de “cidade”, só igualado por Salvador da Bahia 15 anos mais tarde.

Talvez seja esse o motivo porque a historiografia dominante no Brasil – de maioria sulista – tem ignorado o feito da cidade de Nazaré, relegada ao domínio do mito e do malogro histórico (VARNHAGEN, 1907, p. 187-192). Não fazia mais que continuar a versão oficial do poder luso, a que interessava alimentar a crença na inacessibilidade da faixa litoral à navegação, pelo regime de correntes, ventos e marés, perigos dos baixios e ausência de bons portos, como meio de manter afastada dessa região equatorial a concorrência dos navios das potências rivais: da França, sobretudo.

Foi exatamente daí que veio a ameaça mais direta ao domínio luso nessa zona. Como é bem sabido, em agosto de 1612 a armada de três velas capitaneada pelo huguenote Daniel de la Touche, senhor de la Ravardière, que partira cinco meses antes de Cancale, na Normandia, a fim de fundar uma colônia protestante no Norte do Brasil, apoiada pela regente Maria de Médicis, chegava ao porto de Jeviré na ilha de *Maragnan*. Nela vinham quatro missionários capuchinhos do convento de Paris – condição do apoio régio – para converter à fé católica os nativos dessa “Terra sem Mal”, que logo se tornariam seus cronistas e principais apologistas (DAHER, 2007).

Mas, após dois anos de explorações, levantamento cartográfico e inventário da fauna e da flora locais, tal projeto da “França Equinocial” chegava a um beco sem saída na sequência da paz com Espanha, que incluía o casamento do rei-menino francês Luís XIII com uma princesa espanhola e o restabelecimento da soberania ibérica na terra equatorial, expulsando os “corsários” que a haviam ocupado: em março de 1615 o rei Filipe II de Portugal (III da Espanha) dava ordem ao governador-geral português do Brasil Gaspar de Sousa de “lançar fora os franceses de todo aquele sítio ... sem perda de uma hora de tempo” (MEIRELLES, 1982, p. 99). Agindo prontamente, ele lançou a “Jornada do Maranhão” em que o mameluco Jerônimo de Albuquerque venceu Ravardière na crucial batalha de Guaxenduba de 19-20 de novembro de 1614 – a mais importante vitória militar em toda a história do Norte brasileiro, segundo o almirante Max Justo Guedes, por ter permitido incorporar esse vastíssimo território ao corpo do Estado do Brasil (GUEDES, 1975, p. 560) – apoiado no seu controle dos povos indígenas, entre os quais ainda não são mencionados os Barbados mas que seguramente aí estavam, ainda que sob outro nome.

Tem escapado aos historiadores que o foco do poderio militar francês, o *Fort Saint-Louis* fundado no alto da acrópole da Ilha Grande do Maranhão (onde hoje está a esplanada do Palácio do Governo e a Sé Catedral de São Luís), foi erguido sobre as ruínas da antiga cidade portuguesa de Nazaré, despovoada e abandonada quatro décadas antes. Afirma-o sem lugar a dúvidas um relato oficial espanhol de c.1640¹; e, aliás, é lógico, pela falta nessa costa de lugares propícios à fixação de povoados permanentes segundo os modernos critérios europeus. O anônimo relator espanhol escreve, depois de narrar a tentativa frustrada da cidade de Nazaré: “Los que entraron con Juan de Barros, discurriendo el Marañon, y siendo la navegacion en aquel tiempo menos entendida, nos se consumieron, y otros pasaron a Indias Occidentales, y no quedó de su fundación mas memoria que en la Isla de San Luís algunos vestígios de una fortaleza que empezaron los fundadores, cuyos cantones y esquinas eran de piedra de Alcantara [calcário branco dos arredores de Lisboa], y sobre estos erigió Monsieur de la Reberdiere la que hallamos el año de 1615.” (f. 53v); e mais adiante: “...la isla que llaman de San Luís en que los franceses tenían la fuerça de San Luís, que mudamos el nombre en el año de 1615 quando se echó de ella a Monsiur de Rauardiere, y la llamamos San Phelippe, y aqui fue la poblacion que empezaron los hijos de Juan de Barros, y no continuaron por no ser en aquel tiempo la nauegacion para alla tan bien entendida, y les faltó socorros.” (f. 56v).

Assim se compreende por qual motivo até hoje não foi encontrado documento algum de fundação da cidade de São Luís: em 1612 pelos Franceses – se eles criaram algo mais que o *Fort Saint-Louis*, batizado em homenagem a seu soberano e invocação ao santo rei Luís IX, e o *Port Sainte-Marie* (hoje Praia Grande), únicos topônimos referidos em suas prolíxas fontes; ou em 1615 pelos Portugueses, o que nos parece mais natural, dado só então ter começado a existir um órgão municipal com vida própria e suporte físico, com ruas e casas permanentes. É porque a cidade já tinha existência legal: mesmo que só em germe ou embrião, mas efetiva.

Mostra-o bem sua ocorrência na Cartografia, onde surge indicada pela primeira vez no atlas do ‘Livro de Marinharia’ de João de Lisboa c.1560²; e sobrevive em muito à sua curta história real – qual memória ou ‘fantasma’ de algo que se sabia ter existido, mas não muito bem onde o localizar – na cartografia portuguesa até cerca de 1580, e ainda em pleno século XVII na holandesa (Blavius em 1625 e a ‘*Brasiliae Tabula*’ de Jansonius de 1647, por exemplo).³ A atual cidade de São Luís – que ganhou naturalmente esse nome pelo número de colonos franceses que ficaram a povoá-la depois da mudança de domínio (mais de 300, ao que parece) – é a herdeira da antiga Nazaré⁴ criada 80 anos atrás por Aires da Cunha e seus sócios João de Barros e Fernão Álvares de Andrade: primeira povoação com estatuto de “cidade” do território brasileiro. E foram os “Barbados”, salvos de desaparecer pela imersão na vida selvagem, que ajudaram a recuperar seu carácter oficial da usurpação francesa e quem mais defendeu a continuidade de sua memória.⁵

Mas os acontecimentos cedo se encarregariam de desatar esses laços, e fazer pender para o lado do mais forte tal equilíbrio de forças, tão proveitoso ao crescente domínio colonial português. Como o cacique tupi maranhense Momboré-açu dizia aos Franceses acabados de desembarcar em sua terra – num discurso que devia figurar em qualquer antologia de História do Brasil –, ele começara por ver os *perós* (Portugueses) muito amigáveis dando-lhes presentes, para depois mudarem de atitude e tentarem escravizá-los.⁶ No lapso de duas ou três gerações, os foragidos da falhada cidade de Nazaré tinham se mesclado com os nativos indo a ponto de perder sua identidade nacional, degradando-se de “civilizados” ao nível de “selvagens” (do ponto de vista europeu) como única maneira de conseguirem sobreviver em meio da natureza hostil e completamente estranha do Novo Mundo.

A primeira referência a essa população mista, fruto da mestiçagem ‘para baixo’ (*downgraded*) – ou melhor: com seu ambiente natural e humano – dos sobreviventes lusos da empresa da cidade de Nazaré, ocorre no curioso livrinho publicado em Lisboa em 1624 *Relação Summaria das Cousas do Maranhão... dirigida aos Pobres deste Reino de Portugal* pelo capitão Simão Estácio da Silveira, natural dos Açores, que comandou em 1618 uma frota trazendo 300 casais de colonos açorianos para virem povoar a cidade de São Luís, de que foi o primeiro juiz. Para ele não existe melhor lugar no mundo. No seu Capítulo IV, “Os filhos de João de Barros no Maranhão”, depois de narrar o pouco que então se sabia da fundação da cidade por Aires da Cunha em “1535” (confusão com o ano de partida da armada) e sua perda, escreve:

“... a gente que escapou ...as consumio o tempo ... sem ficar outro rasto mais que descobrimos agora um Gentio na comarca de antre o rio Monim e o Itapicurú, que he em tudo diferente do Gentio da terra, porque vivem em sobrados, comem pão de zaburro e não usão da farinha de mandioca, nem de arcos e frechas, e por devisa crião barbas como os Portuguezes, e por isso os circumvisinhos os chamam de *Barbados*, como os de que atraz fica dito, e os de Mexico chamavão aos companheiros de Fernão Cortez, e tem umas espadas como achas e umas zagaias de arremeço, com que são temidos e valentes, e dizem que são descendentes de brancos, a que elles chamam *Perós* ... he comtudo Gentio tão bárbaro ou mais que o outro; e porem não quizerão nunca paz nem trato com os Francezes, dizendo que elles não erão verdadeiros Perós.” (p. 11)

Os cronistas gauleses – Claude d’Abbeville e, sobretudo, Yves d’Évreux, tão atento ao quadro local e etnográfico que descreve – nunca fazem menção de tais índios de origem portuguesa, que não os contactaram, ou teriam então outra designação étnica que ignoramos qual fosse. Mas essa simpatia pelos colonos lusos não tardaria em desaparecer: com o incremento dos cultivos e o multiplicar dos engenhos de açúcar, a rápida expansão colonial e sua demanda de mão de obra escrava – a “Civilização” – os foi empurrando para o interior e tornando cada vez mais aguerridos e ferozes em defesa de sua cultura, velha de apenas um século. Se Simão Estácio os considerava por 1620 “mais bárbaros que os Tupinambá” (indício de que já existiam fraturas e uma conflitualidade global), o ouvidor-mor de origem francesa⁷ Maurício de Heriarte ignora sua existência na década seguinte – salvo talvez englobados sob a designação genérica de “*índios de corso*” ou “*bárbaros de corso*”, descritos como “falsos, cobardes, traidores, carniceiros, crueis, amigos de novidades, ... homicidas, mentirosos, aleivosos, gente de pouco credito e nenhuma caridade, sem conhecimento da fe”: sinal de uma imagem tão negativa quanto possível. E uma geração mais tarde as coisas tinham piorado: esses tapuias, já chamados “Barbados”, eram o maior obstáculo à livre penetração dos colonos portugueses no interior para lá da Ilha Grande, como escrevia em 1692 o provedor-mor da Fazenda do Maranhão, Francisco Teixeira de Morais (MORAIS, 1877, p. 76-77).

No século XVII eles foram se estruturando em *aldeias*, cada vez mais populosas e densas devido ao constante crescimento demográfico. A pressão para se “aldearem” não era mais que uma estratégia do poder colonial para os concentrar tornando-os alvos de fácil submissão, após haverem domesticado a selva inacessível aos europeus, demarcado o território abrindo caminhos que tornavam possível seu mapeamento, e preparado o solo para cultivo de roças e estabelecimento de engenhos de açúcar. Tal política era favorecida tanto por missionários quanto pelas autoridades como passo prévio à conquista.

De início, esses “Barbados” não tinham sua identidade bem definida, sendo englobados sob a designação genérica de ‘*Gentios*’ e ‘*bárbaros*’ ou ‘*tapuias de corso*’. Os cronistas capuchinhos da França Equinocial – que eles combateram, garante Simão Estácio – os ignoram, e Maurício de Heriarte/Yriarte compreende-os decerto nos ‘*Índios*

de corso’ que, sob diferentes nomes, infestavam o baixo Itapecuru (fol. 9) a partir do meado do século. Em parte, podem ter sido trazidos da Ilha Grande pelo procurador da Fazenda do Maranhão, o pernambucano Antônio Moniz Barreiros, fundador em 1622 dos primeiros engenhos de açúcar no vale do Itapecuru (MARQUES, 2008, p. 74), de quem a Câmara de São Luís se queixava em 1624 ao Rei que “levou a maior parte do gentio desta ilha para a terra firme”⁸; embora decerto esse movimento migratório já tivesse começado desde muito antes, espontaneamente.

O que argumentamos é que se tratou sobretudo de um instrumento de colonização europeia por interposta pessoa, por assim dizer. Os engenhos de açúcar iniciais, as grandes fazendas de gado, povoações, vilas e cidades europeias irão se estabelecer em cima de aldeias indígenas, beneficiando do esforço, valor e habilidade desses inocentes nativos, assim utilizados sem terem disso qualquer consciência. Vemos isso bem nos núcleos urbanos e seu entorno (Rosário, Itapecuru-Mirim, Codó, Coroatá, Caxias, Aldeias Altas, Pastos Bons...) e nos centros pioneiros da produção açucareira no baixo vale do rio Itapecuru, onde desde cedo se forma uma aristocracia latifundiária branca muito poderosa. Aí surge já em 1625-30 o projeto de transferir a capital do recém-criado (legal em 1621, efetivo em 1623) “Estado do Maranhão”, o que foi impedido pela força econômica dos comerciantes de São Luís; ideia novamente tentada pouco depois da expulsão dos Holandeses, em 1648.⁹

Cremos ainda não ter sido notado que o conhecido mapa da Biblioteca Nacional do Brasil (Rio de Janeiro) *‘Descriçãom dos Rios Para e Maranhãom’* de João Teixeira Albernaz de cerca 1632 (cota: CAM.01.002 – Cartografia), apresenta bem visível na margem esquerda do rio Itapecuru, acima da *‘Cachoeira’* e *‘Fortaleza’* que seguem à sua foz, frente a um *‘Engenho de asucar’* e antes de outro, uma vasta área terraplanada tendo do lado a legenda: “Aqui se ha de fazer a Pouoação pera cabeça do estado”.

Nela se vê um interessante esquema de cidade de modelo regular, de que só as ruas estão indicadas – talvez já traçadas no terreno –, na tradição ibérica do quadrado com quadrícula de seis quadrados menores, com a igreja no topo e o lado oposto encostado na linha do rio (Figura 1). Foi um projeto que não vingou, mas que retomava em versão mais simples o do engenheiro-mor Francisco de Frias de Mesquita para São Luís.

Da mesma região veio a melhor parte da dinâmica social que definiu o perfil histórico do Maranhão seiscentista: a revolta que culminaria com a expulsão dos Holandeses em 1644, liderada pelo senhor de engenho Moniz Barreiros; e o motim de protesto contra o ‘Estanco’ ou monopólio estatal (1685) que teve à cabeça o abastado lavrador *Bequimão* (Beckmann), cristão-novo que seria enforcado – o primeiro ensaio independentista do Brasil. Mesmo sem ter recebido a capital do governo, o Baixo Itapecuru dirigiu de facto na sombra a política do Estado durante o século XVII.

Nas palavras do amazonista inglês John Hemming, “Uma das mais indomáveis tribos das florestas do Maranhão era a dos barbados”. Mas deles por enquanto quase não se ouve falar: esquivos e fugidios como todo Tapuia, estes *‘índios de corso’* (isto é: errantes, sempre de corrida) tinham-se afastado para sul espalhando-se nos vales do Itapecuru, Monim e Mearim sem pouso certo, infiltrando-se entre outros grupos de

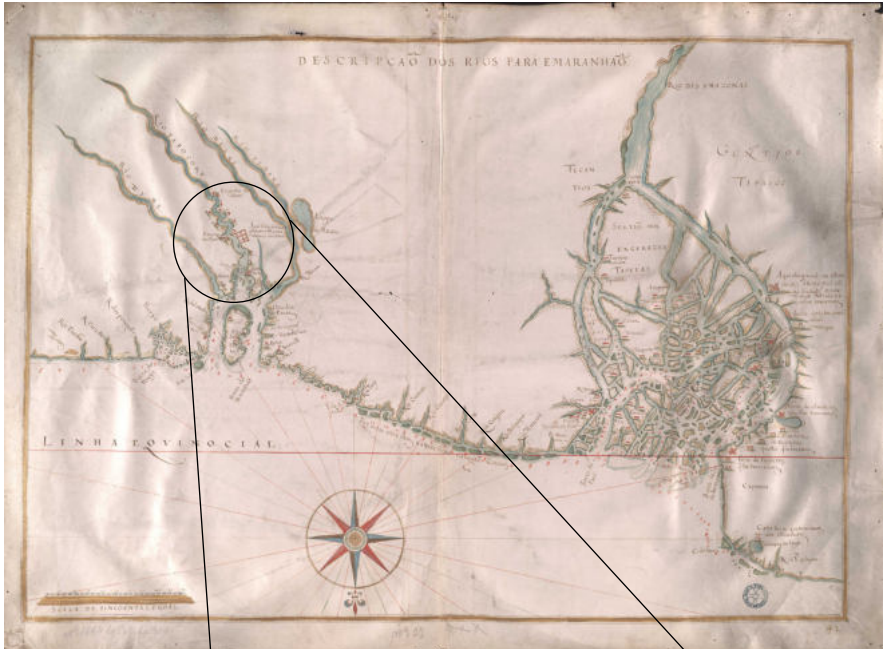


Figura 1 –
Descrição dos Rios
Para e Maranhão,
 João Teixeira
 Albernaz I, c. 1632,
 Biblioteca Nacional
 do Brasil, Rio de
 Janeiro (detalhe).

sua nação linguística Jê para assaltar os locais portugueses – fazendas, engenhos, fortes –, que ripostavam como podiam. Sabemos que em 1690-95 aí foram atacados pelo paulista Francisco Dias de Siqueira – um bravo bandeirante para uns, bandoleiro para outros –, mas sem qualquer êxito (HEMMING, 1978, p. 541); e em 1715-1716 o governador do Maranhão Cristóvão da Costa Freire assaltou em vão uma aldeia da “belicosa nação” dos Barbados (BERREDO, 1749, p. 363), mas sem conseguir capturar nenhum de seus moradores.¹⁰

Novos dados (RENÔR FERREIRA DE CARVALHO, 2015) falam do ramo de Barbados ‘Verdadeiros’ deambulando pelos vales do Monim e Mearim, talvez até ao Jaguaribe, forçados em 1683 por vaqueiros – da Casa da Torre de Garcia de Ávila, sem dúvida – a se estabelecer no Parnaíba, com sua aldeia mais populosa, ‘Óbos’, acima do delta na região de Caxias, sem querer fazer a paz com ninguém; e de outros Barbados, os ‘Ronxé’, muito violentos com os demais índios, de que haviam assassinado dezenas de crianças para comer e expulso de suas terras “por ser grande o número de [sua] gente e muito espalhados”. Uma ‘Descrição do sertão do Piauí remetida ao... Bispo de Pernambuco’ em 1697 cita 36 etnias por essas ribeiras, mas não a dos Barbados (ENNES, 1938, p. 387-9).

Por seu modo de atacar de surpresa fugindo em seguida eram classificados como “gentio de corso” (algo parecido com o modo de atuação de piratas ou corsários), embora vivessem em aldeias e ‘aldeotas’ bem construídas, protegidas por fossos e estacadas. Sua inquietação se torna quase nervosa a partir do início do século XVIII, quando aumenta a pressão dos colonos para ocupar seu território e reduzi-los à escravidão. Em 1712 fazia-se “guerra justa” aos Barbados do rio Mearim, e quatro anos depois contra os do Itapecuru; mas “mesmo com a morte de 700 índios os conflitos continuavam” (BOMBARDI, 2014, p. 81). A abundante documentação oficial da época pouco os refere, porém, preferindo ao que parece designá-los por seus nomes tribais mais específicos de Guanáres, Aroazes e talvez outros: em carta a D. João V, de 1726, ou num parecer do secretário do Conselho Ultramarino, André Lopes de Lavre, pouco após 1738, por exemplo. A invisibilidade das comunidades nativas já vem de muito antes do século XIX, sem qualquer dúvida.

Dir-se-ia até que vem de seu início: é-lhes conatural. Tal mundo era uma mistura confusa, um magma indiferenciado de populações erguendo-se como uma muralha contra o invasor branco da Europa, que as percebe como mosaico de ‘nações’ e ‘tribos’ à luz das próprias categorias ideológicas que vai criando – *índios, tupi/tapuia*, e toda a lista infundável de pseudoetnônimos... – mas com escassa correspondência com o real; identidades surgidas ao acaso de circunstâncias ou de uma chefia, surgindo aqui para se fundirem ou renascer ali com outro nome, até sair de cena, não sem dissensões ou conflitos internos e ocasionais pactos ou cumplicidades com o inimigo comum. Bom exemplo disso é o episódio da morte por traição do Pe. João de Avelar: oito nativos barbados vieram com um missionário do Itapecuru a São Luís fingindo serem Guanáres e oferecendo-se para guiar um ataque contra a aldeia dos Barbados na área de Peritoró, mas na verdade para desviar a tropa mandada consigo contra rivais Guajajara de que se queriam vingar (MELO, 2011, p. 113).

Em 1719, o novo governador ou vice-rei, historiador Bernardo Pereira de Berredo, levava essa expedição punitiva contra os Barbados de Peritoró (vale do Itapecuru) e nos campos do *sertão* do Mearim até Santa Maria do Icatu. A 1º de abril de 1724 o escrivão da Câmara da cidade de São Luís atestava como no ano anterior o governador João da Maia da Gama ordenara “que se fosse povoar por portugueses as terras dos índios Barbados e as dos índios Caicaizes, e que em suas terras se devia estabelecer uma povoação com o nome de São José do Mearim” (RENÔR FERREIRA DE CARVALHO, 1997, p. 17): a finalidade era garantir o interesse dos fazendeiros que se haviam instalado no vale do Mearim para criar gado e estabelecer engenhos de cana, e a ordem “taxativa” no sentido de se dominar e sujeitar por guerra todos os índios do Mearim: “...ir assentar o seu arraial nas mesmas aldeias dos Barbados para que se o puder fazer com segurança assim o executar, e se não o puder fazer consultem a parte que for mais conveniente para se situar por ora, até virem os índios e entretanto aldear e segurar”.¹¹ E de 1723 a 1727 o grande missionário Padre Gabriel Malagrida pacificava os Caicaizes dos rios Itapecuru e Monim e, a seguir, os Barbados do Mearim, não sem vicissitudes devido à resistência de seus pajés.

É então que se lhes confere o golpe de misericórdia: em 30 de março de 1726, a Junta das Missões reúne em São Luís para se decidir a enfrentar de vez os ataques dos Guanarés, Aroazes e Barbados da serra de Ibiapaba já aldeados pelo Padre Malagrida – e a ‘limpeza’ é completa até ao rio Mearim. O morubixaba barbado, Parapopaya, pede a paz e se declara formal e oficialmente vassalo do rei de Portugal, sendo então fundadas duas novas povoações sob controle dos Jesuítas: a Aldeia Nova dos Barbados Grande e a Pequena (*Açu* e *Mirim*), provavelmente perto de onde hoje se situa a movimentada encruzilhada rodoviária de Peritoró, em local ainda não definido pela Arqueologia.

Um raro documento gráfico – hoje solto – do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, que é peça única,¹² mostra que desde 6 de janeiro tinha ocorrido o massacre da Aldeia Grande dos Barbados, na Ilha do Angical (o *angico* é uma árvore típica da paisagem do cerrado parecida com a mimosa, cujos frutos têm propriedades estupefacientes), no alto vale do rio Itapecuru, entre os igarapés de Peritoró e de Pirapema, uns 260 km ao sul de São Luís – que tanto os nativos tinham retrocedido na sua fuga ante o avanço dos ‘civilizados’.

Trata-se do desenho colorido feito sobre quatro folhas de papel coladas, de 84 por 60 cm no total (AHU-CARTm-009-D.0846), que acompanhava alegadamente uma carta enviada de São Luís a 9 de julho de 1726. O autor da planta pode ser o mesmo capitão Francisco de Almeida – sobre cuja identidade nada sabemos – que comandou a ofensiva de 6 de janeiro contra a populosa ‘aldeia grande’ dos Barbados: segundo Hemming, “a coluna de Almeida sofreu pesados ataques. Ele repeliu hordas

de Barbados desde a manhã até o final da tarde, mas conseguiu entrar nessa grande aldeia” (HEMMING, 2002, p. 542), pela sorte fortuita de os ‘índios cristãos’ que lutavam a seu lado, Aruãs do Parnaíba, entoarem cânticos durante a noite – e os Barbados, seus parentes, acudirem.¹³

Desprovido de título, mas com legendas e uma longa descrição da aldeia – como se fosse um apêndice da carta –, mostra em detalhe (Figura 2) o plano do povoado em forma de ferradura com uma praça central quadrada, no meio dum terreno a que conduzem 10 caminhos retos simétricos, dos quais três recebem designação: *Estrada dos Guanarés* (povo vizinho), *Estrada do Miarim* (o rio) e *Estrada dos rollos* (pedaços de pau com que os índios se treinavam na ‘corrida das toras’ ainda hoje bem conhecida entre os Timbira, Canela e outros tapuias atuais)¹⁴. Na margem da folha está desenhada a ilha onde se situava a aldeia (*Ilha do Angical*) e o lugar em que se colocara o material (*Bagaje*). O vocábulo escrito na estrada oriental, *Abalruada*, significava ‘acometida, atacada’; e há indicações da posição dos soldados lusos (*Emfantaria*, três vezes) e nativos (*Gentio*). A legenda diz:

“Contava esta aldea dos indios da nação Barbados de 291 cazas como se mostra neste mapa emtrando / as seis cazas grdes, que ‘stão no meyo da dº aldea das quais ser/via huã dellas pº almazem das armas q. são as suas frexas / e paos tostados, e nas sinco se acomodavão os indios solteiros / porq. nas cazas que ficão no circuito da aldea moravão os cazados / acomodandosse em cada huã dellas seis, sette e outto Cazais / com toda a sua familia, e nenhum destes indios faz a barba / e por esta rezão lhe chamão os barbados, e se dis procedem dos primeiros conquista dores q. vierão a Cide. de S. Luis do Maraºm. e pºr damno que lhes / fazia o gentio que habitava naqº ilha se retirarão pº o rio Itapecuru / e entre este e o de Mearim fizeram a sua habitação fazendo pazes com / os indios daquelle sertão cuja aldea se não havia descuberto, e somte. vinhão / aos rios acima declarados, e tambem a Cappniº do Piauhy fazer os damnos q. se / tem exprimentado sem q. lho podessem embaraçar as tropas q. em todos os / annos se mandavão pº a defença daql.es moradores. Esta aldea fica a pte. do sul nas cabeceiras do Rio Pirituró.-”

Artisticamente muito belo é o traçado sinuoso das árvores, que quase parece querer recolher o ritmo e contrastes de harmonia das ‘Árvores da Vida’ persas ou mongóis (o que pode indicar uma formação do autor no Oriente, possivelmente em Goa)¹⁵, e o equilíbrio tonal das cores em aquarela. É o primeiro testemunho gráfico dos Barbados – e o último.

Daí em diante eles serão uma comunidade apagada até desaparecer por completo, fundidos noutras. Em abril de 1740¹⁶ o governador João de Abreu Castelo-Branco ordenava aos morubixabas dos Barbados ‘aldeados’ a cessão de 150 guerreiros armados para irem combater as tribos inimigas no Amazonas; e 12 anos depois um requerimento do ‘principal’ da Aldeia Grande, o *índio Estêvão*, pedindo ao rei D. José I para confirmar sua carta de sesmaria dum terreno, é o melancólico canto do cisne da outrora temida nação dos Barbados¹⁷, de que mal resta memória no século XIX.

Era tenue a linha – mais social que étnica – separando colonos de colonizados. A distância cultural entre o português, ou europeu “civilizado”, e o “selvagem” do Brasil e da América foi bem menor do que fomos habituados a acreditar: bastava

“atravessar o rio” e despojar-se de seus atributos e hábitos (roupas, traços corporais, crenças, língua e outros sinais classificativos) adotando os locais adequados ao clima e ambiente, para se tornar “um deles” e mudar de identidade. Basta pensar nos seis jovens tupinambá maranhenses levados em 1613 a Paris (FARIA, 1961, p. 112-120), onde ficaram hospedados no Faubourg Saint-Honoré, foram recebidos em audiência por Luís XIII e sua mãe-regente Maria de Médicis – com gravuras do saracoteio de maracás dançado no Louvre – e criaram família; ou, inversamente, nas muitas centenas de portugueses e franceses adotados por “sogros” nativos que se fixaram em tabas pelo Brasil, ou nos bandeirantes do Sul que falavam o guarani melhor que português.

Do sertanista Domingos Afonso Mafrense, senhor de 30 imensas fazendas de gado no Piauí (at. 1674-1711) e com tantos filhos de nativas que nem lhes sabia o número, diz-se que já mal se expressava na língua materna. E de locais nascidos no seio cristão dos Jesuítas, mas que abusos ou opressão social forçava a mudar de campo liderando movimentos de revolta contra o poder colonial, há casos como o do interessantíssimo mestiço Manuel (Mandu) Ladino, vindo de Pernambuco por 1710 atizar no Parnaíba e Poti o “levantamento geral dos tapuias do norte”.¹⁸

Há que estudar em si mesmo esse fenômeno de etnias e cidades que ao longo do tempo se desestruturaram e desfazem, dissolvendo-se no meio ambiente quase sem deixar traço de si; povos e nações inteiras que se deixaram extinguir e desaparecer, ficando apenas grupos dispersos, isolados, desagregados. O historiador antropólogo goês-americano-paulista John Manuel Monteiro propôs a consabida “Etnogênese” (2001), decerto sugestionado pelo então recente debate terminológico e a visão renovada das invasões bárbaras do Império Romano;¹⁹ mas talvez seja melhor falarmos em *Etnoentropia* como perda de energia, a ponto dela se dissipar até desvanecer e aniquilar, dissolvida em outras; ou numa *Urbanoclastia*, em que a identidade civil se quebra em fragmentos e desaparece, engolida pelo entorno natural e humano: a perda na História, em suma.

Ainda há muito a fazer nesse terreno de estudo das interações sociais e étnicas.²⁰

Referências

ADONIAS, Isa. *Cartografia da região Amazônica, 2 volumes*. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

ALMEIDA, Cândido Mendes. *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão*, t. II. Rio de Janeiro: 1874 (p. 1-31: Simão Estácio da Silveira. ‘Relação Sumária das Cousas do Maranhão’; novas eds.: UFMA, 1979; Siciliano, 2001).

BERREDO, Bernardo Pereira de. *Anais Históricos do Estado do Maranhão: em que dá notícia do seu descobrimento, e tudo o mais que nele tem sucedido desde o ano em que foi descoberto até o de 1718: oferecidos ao augustíssimo Monarca D. João V*. 4 ed. Rio de Janeiro: Tipo Editor, 1988. 390 p.

BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos interstícios do olhar colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)*. 2014. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BOWLUS, Charles. “Ethnogenesis: the tyranny of a concept”. In: GILLET, Andrew (ed.). *On barbarian identity: critical approaches to ethnicity in early middle ages*. Turnhout: Brepols, 2002.

BOXER, Charles. *João de Barros, Portuguese Humanist and Historian of Asia*. N. Delhi: Concept Publishing Company, 1981.

CEDEAM. *Boletim de pesquisa*. Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia (dir.: João Renôr). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 1982-1987.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. Índios, engenhos e currais na fronteira oriental do Estado do Maranhão e Pará (século XVII). In: MACHADO, Marina; MOTTA, Márcia (org.). *Em Terras Lusas: conflitos e fronteiras no Império Português*. Rio de Janeiro: Ed. Horizonte, 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

D'ABBEVILLE, Claude. *História da missão dos padres capuchinos na Ilha do Maranhão*. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1945. Título original: *Histoire de la mission des pères capucins en l'Isle de Maragnan et terres circonvoisins*.

DAHER, Andrea. *O Brasil francês: singularidades da França equinocial 1612-15*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ENNES, Ernesto. *A guerra nos Palmares (subsídios para sua história)*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

FARIA, Frei Francisco Leite de. Os primeiros missionários do Maranhão. In: *O centro de estudos históricos ultramarinos e as comemorações henriquinas*. Lisboa: CEHU, 1961.

FARIA, Maria Dulce de. Catálogo da coleção cartográfica e iconográfica manuscrita do arquivo histórico ultramarino. In: MACHADO, Katia Jane de Souza. *O resgate cartográfico e iconográfico manuscrito do arquivo histórico ultramarino*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011. p. 9-11.

GOFFART, Walter. *Barbarian tides*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2006.

GUEDES, Max Justo. A França Equinocial. In: *História Naval Brasileira, I (2)*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1975.

HEMMING, John. *Ouro vermelho*. São Paulo: EDUSP, 2002. Título original: *Red gold: the conquest of the Brazilian Indians*. Londres: MacMillan, 1978.

HERIARTE, Maurício de. *Descriçam do Estado do Maranham, Pará, Corupá, Rio das Amazonas*. Graz, Áustria: Akademische Druck, 1964.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão*. 3 ed. (ampliada por Jomar Moraes). São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2008.

MEIRELLES, Mário Martins. *França Equinocial*. São Luís: Secretaria de Cultura / Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MEIRELLES, Mário Martins. *João de Barros, primeiro donatário do Maranhão*. São Luís: Academia Maranhense de Letras, col. ‘Documentos Maranhenses’, 13, 1996.

MEIRELLES, Mário. *História do Maranhão*. 4a ed. Imperatriz: Ética, 2008.

MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos Sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)*. 157 f. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 235 f. 2001. Tese (livre docência) - Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2001.

MORAIS, Francisco Teixeira de. ‘*Relaçam Historica e Politica dos Tumultos que sucederam na Cidade de Sam Luis do Maranhão, com os sucessos mais notaveis que nella acontecerão...*’, 1692, ms. Rio de Janeiro: XL, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, ‘Série Vermelha’, n. 681, 1877.

MOREIRA, Rafael. “A criação da rede urbana do Norte do Brasil: séculos XVI-XVII”. In: TEIXEIRA, Manuel (coord.). *A construção da Cidade Brasileira*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

MOREIRA, Rafael; THOMAS, William. “*Desventuras de João de Barros primeiro colonizador do Maranhão. O achado da nau de Aires da Cunha naufragada em 1536*”. Lisboa: Oceanos, 27, CNCDP, jul.-set. 1966.

PENTEADO, Pedro. *Peregrinos da memória. O Santuário de Nossa Senhora de Nazaré 1600-1785*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 1998.

RENÔR FERREIRA DE CARVALHO, João. *Ação e presença dos Portugueses na Costa Norte do Brasil no século XVII: a guerra no Maranhão, 1614-1615*. Brasília: Eds. do Senado, 2014.

RENÔR FERREIRA DE CARVALHO, João. *As guerras justas e os autos de devassa contra os índios da Amazônia no período colonial*. Imperatriz: Ética, 1997.

RENÔR FERREIRA DE CARVALHO, João. *Índios e Brancos: as devassas e as guerras*. Imperatriz: Ética, 2010.

RENÔR FERREIRA DE CARVALHO, João. *Jornada de João Velho do Valle (1685-1687)*. Teresina: EDAFPI, 2015.

RENÔR FERREIRA DE CARVALHO, João. *Peuplement et Conflits dans l'Amazonie Brésilienne*. Doctorat en Histoire, Université Paris-III Sorbonne, Paris, 1979.

RENÔR FERREIRA DE CARVALHO, João. *Resistência indígena no Piauí colonial*. Imperatriz: Ética, 2005.

RICARD, Robert. 'Documents de l'"Archivo General de Indias", de Séville, relatifs au Brésil'. In: *Arquivo de História e Bibliografia 1923-1926, vol. I*. Lisboa: IN-CM, 1976.

SILVEIRA, Simão Estácio da. Relação sumária das cousas do Maranhão. In: ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão*. Rio de Janeiro: Typ. do Commercio, de Brito & Braga, 1874.

VARNHAGEN, F. A. *História geral do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1907. (comentada por Capistrano de Abreu).

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas feita por Maurício de Heriarte, ouvidor-geral, provedor-mor e auditor que foi pelo governador D. Pedro de Mello no anno de 1662. (...) Dado à luz por 1ª vez. Vienna d'Austria, Imprensa do filho de Carlos Gerold, 1874.*

XIMENDES, Carlos Alberto. *Sob a mira da Câmara: viver e trabalhar na cidade de S. Luís (1644-1692)*. São Luís: UEMA, 2013.

Notas

¹ "Descripcion y principio de aquel estado" [Brasil], na miscelânea "Sucessos del Año 1624": BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPAÑA, Madri, Ms. 2355, fols. 51-56, a publicar em breve. Temos em preparação um estudo sobre esse polémico tema da fundação da cidade de São Luís do Maranhão: questão muito discutida, mas pouco estudada com base em informação documental inédita, tão abundante nos arquivos europeus.

² *Portugaliae Monumenta Cartographica*, I, p. 173 (MOREIRA, 2004, p. 196).

³ Isa Adonias lista uns 20 mapas quinhentistas que assinalam a 'Cidade do Maranhão' – ou, mais frequente, 'Cidade de Nazaré' – junto a um ícone urbano pairando algures no espaço livre junto à Ilha Grande (ADONIAS, 1963). Para os mapas holandeses cfr. outros estudos (MEIRELLES, 1996).

⁴ A cidade é bem indicada no lugar da atual São Luís no esquiço da barra do Maranhão desenhado em 1537 por um espião do imp. Carlos V ao descrever a costa do Brasil. In ARCHIVO GENERAL DE INDIAS, Sevilha: Patronato, Est. I, Caj. 1, Legajo 1/23, N° 1 (RICARD, 1923/1976, p. 122).

⁵ Não apenas no próprio lugar – onde ainda hoje permanece a central Rua de Nazaré –, mas levada a Belém do Pará, onde o Círio de Nazaré (nascido no início do séc. XVIII no santuário onde terminava a 'Estrada do Maranhão') é a manifestação de religiosidade popular mais forte no Norte do Brasil.

⁶ D'ABBEVILLE, 1614, p. 149 (trad. Sérgio Milliet, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1945, p. 115).

⁷ Maurício de Heriarte, 'Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Gurupá, Rio das Amazonas', 1662, ms. Biblioteca Nacional da Áustria sobre expedição Belém-Quito de Pedro Teixeira, 1637. Heriarte - basco Yriarte: talvez legista da 'França Equinocial' ficado ao serviço de Jerônimo de Albuquerque – veio a ser auditor, ouvidor e provedor-mor do Estado do Maranhão após 1621: em

1655 (após 23 de maio) documenta-se o juiz da Câmara *Mauricio d'Eriarte* (XIMENDES, 2013, p. 262). Descoberto e publicado o ms. (VARNHAGEN, 1874), não tem sido estudado: a única nova ed. que conhecemos é o facsímile da Imprensa da Academia, Graz, Áustria, 1964 (citação in fol. 14).

⁸ Queixa da Câmara ao Rei, 10 de fevereiro de 1624: AHU, Maranhão, cx. 1, doc. 77.

⁹ Carta régia de 13 de maio de 1648: “P^a Franc^o Coelho de Carvalho gov^or do Maranhão, sobre se não mudar a çidade de São Luis p^a o çittio de Tapecurú” (AHU, Cod. 275, fol. 135).

¹⁰ Sobre essa campanha de Costa Freire contra a aldeia de ‘291 casas’ dos Barbados v. carta de D. João V (19/dez/1716) no ‘Livro Grosso do Maranhão’ (*Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 67, 1948, p. 146-7), que refere “o mappa [da aldeia] que nos remettestes”: o que permite a suspeita de ser o mesmo desenho a que aludiremos adiante, que o Catálogo do Projeto ‘Resgate’ data de 1726; ou uma 1^a via. Só ulteriores pesquisas o poderão vir esclarecer.

¹¹ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Lisboa: ‘Maranhão’, cx. 839, ‘Papéis avulsos’ (RENÔR, *ibid.*).

¹² Coleção (2011, p. 77).

¹³ Mais detalhada descrição em MELO, 2011, p. 85-91.

¹⁴ Curt (Unckel) NIMUENDAJU, 2001, “A corrida de toras dos Timbira”, *Mana*, 7, Rio de Janeiro (orig. alem.: 1944). As toras eram troços cilíndricos do tronco de buritis de 1 m de comprido por 50 cm de diâmetro, com o peso médio de 100 kg, com que é preciso correr 3 km para mostrar sua virilidade.

¹⁵ Se o desenho for de 1716 podemos afastar a hipótese da autoria pelo próprio governador: Cristóvão da Costa Freire, senhor de Pancas, era de família ilustre e alta posição social e política, mas com currículo banal de ‘militar de côrte’, apenas se tendo notabilizado como jovem capitão na Guerra da Sucessão da Espanha (1702-1713).

¹⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Cod. 25, doc. 271, fol. 70. Sobre os Barbados, ver o céptico João F. Lisboa, ‘Jornal de Timon’, *Obras*, vol. II, São Luís, 1865, p. 510-3 (Nota G: “Dúvidas acerca dos índios dictos Barbados”).

¹⁷ Petição de 29 de março de 1752 (CUNHA, 1998, p.562). Confessamos certa relutância em usar o termo ‘índio’ para referir os nativos do Novo Mundo, já que procede do erro grave de Colombo de julgar em 1492 ter atingido a Índia; antes pensamos que se deveria estabelecer consenso para encontrar melhor designação alternativa.

¹⁸ Para a história deste episódio, ver MELO, 2011, p. 108-12.

¹⁹ O novo conceito de ‘*Ethnogenesis*’, em vez dum ‘*Volkerwanderung*’ (GOFFART, 2006, p. 1-22), e a visão tradicional de Roma oposta aos ‘Germanos’ podem servir de base a um estudo inovador do confronto Europeus vs. ‘índios’.

²⁰ Damos aqui preferência às relações sociais sobre as diferenças étnicas, não por uma desvalorização da Antropologia, mas por julgarmos que a Sociologia tem maior força explicativa no domínio do comportamento humano.

Rafael Moreira é Doutor em História da Arte e Professor Associado de nomeação definitiva da Universidade Nova de Lisboa.

Submissão: 26/10/2020

Aceite: 25/06/2021